

A economia brasileira entre crises e reformas

EXPORTAÇÕES BAIANAS: ESPECIALIZAÇÃO E DESEMPENHO NO PERÍODO 2003-2015¹

GT – Economia Brasileira, Regional e Baiana

Monique Neves Moreira²
Marcelo dos Santos da Silva³
Priscila de Queiroz Leal⁴

RESUMO

As exportações são um dos componentes do produto de uma região. Incentivar a exportação é favorecer o crescimento econômico, o desenvolvimento empresarial, a inovação, o emprego e a competitividade da economia. A Bahia é a maior economia do Nordeste, com grande representatividade no comércio externo da região, exportando e importando produtos de classes distintas, desde primários àqueles com tecnologia de ponta. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar a especialização e o desempenho das exportações da Bahia por meio da classificação de sua pauta exportadora através do *Standard International Trade Classification (SITC)*, metodologia adotada pela ONU, com o intuito de resumir todos os produtos em nove categorias ou grupamentos setoriais. A especialização das exportações baianas baseia-se em produtos químicos e derivados, combustíveis e lubrificantes e artigos manufaturados com pouca agregação de valor e/ou pouca densidade tecnológica. Ademais, a pauta de exportação não é concentrada.

Palavras-chave: Especialização produtiva. Competitividade das exportações. Bahia.

1 INTRODUÇÃO

O fluxo comercial em exportações e importações de uma região geográfica, seja ela nacional, estadual ou municipal, é um dos principais determinantes de seu produto ou geração de renda para seus habitantes.

Segundo Fasano Filho (1988), a elevação das exportações favorece o crescimento econômico. O autor ressalta que os efeitos das exportações, além de estarem inseridos na

¹ Pesquisa realizada com suporte financeiro total da FAPESB.

² Discente do curso de Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. Bolsista da FAPESB. e-mail: monique_neves@hotmail.com

³ Mestre em Economia pela UFV. Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. E-mail: masilva@uesc.br

⁴ Mestre em Economia pela UFV. Professora da UNIME Itabuna. E-mail: pridequeiroz@gmail.com

A economia brasileira entre crises e reformas

perspectiva da integração e abertura econômica e comercial com outras regiões, proporcionam: economias de escalas nas indústrias envolvidas; aprendizado; progresso técnico ou inovações; melhor alocação dos recursos domésticos; disseminação de conhecimento; ganhos dinâmicos para setores exportadores, devido à maior competição (FAROLE; REIS; WAGLE, 2010).

Além disso, avança a capacidade de incremento da competitividade da economia, procurando elevar a variabilidade⁵ dos produtos domésticos via aumento produtivo e qualitativo dos bens. Com isso, as possibilidades de crescimento da produtividade e aprendizado interativo podem avançar (SAVIOTTI, 2005).

Haugenauer (1989) apresenta vários conceitos de competitividade. Para a autora, o mais simples é o que trata da penetração dos produtos industriais em mercados externos à região produtora. As indústrias competitivas são aquelas que conseguem ampliar sua participação em produtos específicos em relação a similares na oferta mundial. A autora ressalta que se um país ou região participa cada vez mais do comércio internacional de bens de capital e aqueles associados a setores tecnologicamente avançados, maior é seu grau de competitividade.

Como estado mais representativo da região Nordeste, em termos de produto e exportação, a Bahia apresenta um parque estadual heterogêneo e diversificado, reflexo de investimentos em industrialização a partir da década de 1960, especialmente em indústria pesada com incremento tecnológico. O maior produto setorial baiano advém dos setores petroquímico, químico e metalúrgico (WANDERLEY et al., 2003). Além deles, há ainda como setor importante da exportação baiana o de produtos agrícolas, como a soja, sisal e celulose.

Lima, Lélis e Cunha (2015) argumentam que não se pode descartar uma relação entre especialização, desempenho econômico externo e crescimento econômico. Com um setor produtivo que se diversificou ao longo do século 20, torna-se relevante o estudo acerca da pauta de exportação baiana, pois as exportações de uma região geográfica representam a oportunidade de se verificar a relação entre seu parque produtivo e a comercialização externa de seus produtos.

Portanto, a pesquisa pretende responder a alguns questionamentos acerca da exportação da Bahia no período compreendido entre 2003 a 2015: qual o desempenho de cada

⁵ Segundo Saviotti (2005), a variabilidade de bens e serviços em uma região geográfica faz-se necessário para a manutenção do crescimento do produto a longo prazo, pois implica atividades de busca e seleção, promovendo a reorganização estrutural do setor produtivo.

A economia brasileira entre crises e reformas

dos setores exportadores no universo dos bens comercializados, segundo critério SITC, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU)? A pauta de exportação é diversificada ou concentrada? Como se encontra o padrão de especialização da pauta? Houve alguma alteração no período?

Assim, o objetivo proposto é obter os indicadores de especialização da pauta de exportação baiana por meio da classificação de seus bens. Alguns desses indicadores são o índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath (IVCRV) e a taxa de cobertura (TC). Esses indicadores estão diretamente relacionados com a competitividade das exportações de uma região.

Em Pessoti e Sampaio (2009) e Rocha (2012), há subsídios que levam à contemplação de determinada estrutura das exportações baianas: produtos básicos; industrializados e operações especiais, no primeiro; e, no segundo, há ainda uma pequena desagregação por categoria de uso. Pinheiro e Dias (2007) classificam as exportações baianas segundo o critério de conteúdo tecnológico proposto pela UNCTAD, para os anos de 1989, 1996 e 2006. Em todos esses artigos, as exportações baianas são divididas setorialmente, mas numa classificação bastante restrita, o que não favorece melhor aproveitamento que o escrutínio da pauta pode oferecer.

O estudo recente de Silva et al. (2016) enveredou por outra direção, em relação aos anteriormente citados: tipificou a especialização da pauta baiana por meio da agregação da mesma em 14 setores produtivos, no período de 1999 a 2014.

Dado os estudos realizados acerca do setor externo da economia baiana, o presente artigo vem propor a utilização de uma classificação ainda não observada nos estudos que versam acerca do desempenho exportador (e importador) baiano.

Este artigo, além da introdução, contém ainda as seguintes seções: o referencial teórico, que tratará da teoria pura do comércio internacional, com centro na teoria das vantagens comparativas; a metodologia, que apresentará o método de agregação das exportações e importações baianas por meio do SITC, e indicadores de especialização; resultado e discussão, que reunirá a riqueza de informações advindas do procedimento metodológico; e, por fim, as considerações finais.

A economia brasileira entre crises e reformas

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em termos de teorias do comércio internacional, há bastante material para referência, cuja afirmação pode ser evidenciada pelas contribuições recentes de novos autores, como Krugman (1990), Dosi, Pavitt e Soete (1990), Grossman e Helpman (1994). Este estudo abordará apenas a especialização de acordo com a teoria pura do comércio internacional, direcionada às vantagens comparativas.

2.1. Vantagens comparativas

A teoria das vantagens comparativas está ancorada na chamada teoria “pura” do comércio internacional. A principal questão a ser respondida é aquela relacionada à existência ou não de ganhos no comércio internacional. Conforme Bauman, Canuto e Gonçalves (2004) a teoria “pura” trata dos elementos tangíveis do comércio a longo prazo, excluindo o efeito monetário. Assim, procura determinar o que realmente afeta o comércio internacional em uma região geográfica, cuja abertura às relações externas altera o patamar de benefícios sociais que essa região pode alcançar.

Segundo Hermida e Xavier (2011), o nascimento ou ponto de partida dos modelos direcionados a explicar a competitividade internacional no comércio se deu com o modelo ricardiano clássico das vantagens comparativas. Essa teoria advoga que um país ou região deve fomentar a exportação da mercadoria na qual haja eficiência relativa na produção. Em outras palavras, a produção e a comercialização de um produto específico permite obter vantagem em relação a outros porque sua eficiência produtiva é determinada pela produtividade e custos do trabalho (GOLUB; HSIEH, 2000).

Em suma, a teoria ricardiana das vantagens comparativas permite ganhos comerciais ao favorecer as trocas entre países ou regiões com diferenciais de produtividade para seus fatores de produção. Com isso, o comércio entre regiões é sempre vantajoso, pois se pode atingir um nível mais elevado de consumo e bem-estar (BAUMAN; CANUTO; GONÇALVES, 2004).

O modelo de Heckscher-Ohlin-Samuelson (H-O-S) ou teoria das proporções de fatores foi desenvolvido para dar nova roupagem às vantagens comparativas. Segundo a argumentação dos autores, a dotação de fatores de produção inerentes a cada país ou região explica, como determinante principal, o padrão de comercialização no comércio internacional ou entre regiões. De acordo com Santos (2011) e De Negri (2006), no modelo H-O-S, os bens

A economia brasileira entre crises e reformas

exportados relacionam-se com a intensidade de fatores com que são produzidos. Já os países ou regiões são caracterizados pela abundância⁶ de fatores de produção. No caso baiano, o Estado possui reservas abundantes de petróleo e gás. Portanto, a exportação do setor de petróleo, gás e petroquímico deve ser destaque em sua pauta exportadora.

3 METODOLOGIA

A região de estudo considerada neste artigo é o Estado da Bahia, região-plano da região Nordeste do Brasil. Portanto, este estudo possui caráter eminentemente regional.

3.1. Classificação da pauta

Nesta pesquisa, a pauta de exportação será classificada de acordo com a metodologia proposta pela divisão de estatísticas da ONU (2016). Essa classificação segue o *Standard International Trade Classification* (SITC), a três dígitos, o qual apresenta nove categorias de agregação de exportações.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) utiliza a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que possui oito dígitos, e cujo início para classificação das contas externas se deu a partir de janeiro de 1995. Essa nomenclatura, por sua vez, é baseada no Sistema Harmonizado (SH), que possui seis dígitos, ou seja, há correspondência direta entre esse sistema e o NCM (MDIC, 2016). O SH possui tabelas de tradução para SITC disponibilizadas pela ONU. Como o NCM possui ligação com o SH, e este, com o SITC, é possível classificar as exportações baianas em termos de SITC. Neste estudo, o SH utilizado refere-se a 2007 e o SITC é o da revisão 2 (SITC rev. 2).

A partir da correspondência entre NCM e SITC, foi possível agregar as 275 categorias de exportações e importações baianas em uma classificação que contempla uma tipificação de apenas nove categorias, presentes no Quadro 1.

⁶ A abundância dos fatores pode ser definida em termos de preços relativos ou em quantidade física. Para maiores detalhes, ver Bauman, Canuto e Gonçalves (2004).

A economia brasileira entre crises e reformas

Quadro 1 – Classificação das exportações baianas de acordo com SITC rev. 2

Código	SITC rev. 2
0	Produtos alimentícios e animais vivos
1	Bebidas e fumo
2	Matérias-primas não comestíveis
3	Combustíveis e lubrificantes minerais
4	Óleos, ceras de origem animal e vegetal
5	Produtos químicos e derivados
6	Artigos manufaturados por matéria-prima
7	Maquinaria e equipamento de transportes
8	Artigos manufaturados diversos
9	Outras classificações

Fonte: ONU (2016).

As categorias de 0 a 9 são formadas por produtos que se relacionam⁷ a (ONU, 2016):

- Código 0: Animais vivos; carne e suas preparações; ovos; peixes; cereais, vegetais e frutas; açúcar; café, chá, especiarias e relacionados, etc.
- Código 1: bebidas diversas; e tabaco e seu beneficiamento.
- Código 2: couros e peles em estado bruto; borracha natural e sintética; madeira; papel e celulose; adubos; matérias-primas animais e vegetais; etc.
- Código 3: carvão e similares; petróleo cru e derivados; betume; gás e energia.
- Código 4: óleos e gorduras animais; ceras; etc.
- Código 5: produtos químicos orgânicos e inorgânicos; produtos medicinais e farmacêuticos; plásticos; materiais e produtos químicos; etc.
- Código 6: couro e peles; fabricação de borracha; papel, cartão e obras de pasta de celulose; ferro e aço; metais não-ferrosos; fabricação de metais; etc.
- Código 7: equipamento para produção de eletricidade; máquinas especializadas; máquinas para metais; máquinas e equipamentos para indústria em geral e suas partes; aparelhos de telecomunicações e destinados à sonorização; veículos automotores; etc.
- Código 8: instalações sanitárias, de canalização e iluminação; mobília e produtos relacionados; vestuário e calçados; instrumentos e aparelhos científicos; materiais óticos e relógios; outros artigos manufaturados diversos.
- Código 9: encomendas postais; transações especiais de *commodities*; ouro não monetário; entre outros.

⁷ Algumas categorias de produtos não são passíveis de classificação por essa tipificação. Esses produtos não serão considerados neste estudo.

A economia brasileira entre crises e reformas

Os dados de comércio exterior da Bahia são oriundos do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (*Aliceweb*), versão 2.0, sob responsabilidade do MDIC.

Os dados de exportação e importação estão organizados de acordo com NCM a oito dígitos. São valores em dólares dos Estados Unidos, livres de seguros, fretes e impostos (*Free on Board* – FOB). As variáveis foram capturadas no sítio do *Aliceweb* e utilizadas na obtenção dos indicadores, sem passar por nenhum refino metodológico adicional.

3.2. Índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath (IVCRV)

O grau de competitividade de um setor comercial exportado é comumente analisado através da aplicabilidade do índice de vantagem comparativa revelada (IVCR), desenvolvido por Balassa. Porém, segundo Bender e Li (2002), o modelo incorre em dupla contagem de cada setor no total do país e do país no total do mundo. Assim, nesta pesquisa foi utilizado o índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath (IVCRV):

$$IVCRV_i = \frac{\left(\frac{x_{ij}}{(\sum_j x_{ij}) - x_{ij}} \right)}{\left(\frac{(\sum_j x_{ij}) - x_{ij}}{[(\sum_j \sum_i x_{ij}) - (\sum_j x_{ij})] - [\sum_i x_{ij}] - x_{ij}} \right)}$$

Onde:

i = produto exportado do setor analisado;

j = o Estado exportador, neste caso, a Bahia;

x_{ij} = valor exportado do produto i pela Bahia;

$\sum_i x_{ij}$ = valor total exportado das exportações baianas;

$\sum_j x_{ij}$ = valor total exportado do produto pelo Brasil;

$\sum_j \sum_i x_{ij}$ = valor total das exportações brasileiras.

A interpretação do índice é a seguinte: se o IVCRV for superior à unidade, as exportações baianas do produto i apresentam vantagem comparativa em relação às exportações do mesmo produto no âmbito brasileiro; caso seja inferior à unidade, apresentará desvantagem comparativa.

Quanto maior for o índice para determinado produto ou setor, maior será a capacidade competitiva do setor no mercado internacional (CARVALHO; CALDAS; LIMA, 2011).

A economia brasileira entre crises e reformas

3.3. Taxa de cobertura

A taxa de cobertura (TC) tem por finalidade indicar em quanto as exportações de um determinado setor supera o valor de suas importações.

Quando TC é superior à unidade ($TC > 1$), há vantagem comparativa em termos de cobertura das exportações. Se a TC é inferior à unidade ($TC < 1$), isso indica desvantagem comparativa. Uma TC igual à unidade indica situação de equilíbrio no mercado internacional (SILVA et al., 2015).

A equação utilizada para calcular o índice é expressa da seguinte forma:

$$TC = \frac{X_{iBA}}{M_{iBA}}$$

Onde:

TC = a taxa de cobertura;

X_{iBA} = exportações baianas do setor i ;

M_{iBA} = importações baianas do setor i ;

A TC pode ser associada ao índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath (IVCRV). A interação entre ambos fornece informações que permitem uma análise da competitividade de um setor no mercado internacional.

Conforme trabalhado em Silva et al. (2015), se os índices de TC e IVCRV, apresentarem, simultaneamente, valores superiores à unidade, os produtos ou setores de um determinado país ou região são classificados como fortes em termos de competitividade no mercado externo. De forma antagônica, setores com valores inferiores à unidade são fracos. Não obstante, caso apenas um dos indicadores apresente valor inferior à unidade, o produto ou setor é caracterizado como neutro.

3.4 Concentração setorial das exportações

O índice de Concentração Setorial das Exportações (ICS) quantifica a concentração das exportações de cada setor exportador i realizados pela Bahia. O ICS é expresso na seguinte equação:

A economia brasileira entre crises e reformas

$$ICS_{ij} = \sqrt{\sum_i \left(\frac{X_{ij}}{X_j}\right)^2}$$

X_{ij} = exportações baianas (j) do setor i ;

X_j = exportações baianas (j) totais.

De acordo com De Piñeres e Ferrantino (1997), o ICS varia entre 0 e 1: quanto mais próximo da unidade, mais concentradas serão as exportações em poucos setores; por outro lado, quanto mais próximo de zero, mais diversificada será a pauta de exportação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Panorama das exportações baianas

Os resultados obtidos para o período considerado foram muito interessantes. A razão para essa constatação é que a classificação adotada permitiu evidenciar que o parque industrial da Bahia é especializado, pois não é possível separar a produção industrial do que é exportado regionalmente. Além disso, elucida quais são os conjuntos de bens mais importados pelos agentes econômicos.

No período, os setores produtivos com maior participação relativa na pauta de exportação baiana são: matérias-primas não comestíveis; produtos químicos e derivados; combustíveis e lubrificantes minerais; artigos manufaturados por matéria-prima e; produtos alimentícios e animais vivos. A Tabela 1 reúne informações pormenorizadas acerca das nove categorias que compõem a SITC rev. 2⁸.

⁸ Nas Tabelas 1 e 2 há menção a uma categoria irrelevante para esta pesquisa, denominada “Sem classificação”. Essa categoria não será mais mencionada.

A economia brasileira entre crises e reformas

Tabela 1 – Representação percentual das exportações baianas segundo classificação SITC rev. 2, 2003-2015

Classificação SITC rev. 2	Anos				
	2003-05	2006-08	2009-11	2012-15	2003-15
Produtos alimentícios e animais vivos	15,61	9,34	9,96	10,30	11,48
Bebidas e fumo	0,49	0,33	0,30	0,34	0,37
Matérias-primas não comestíveis	12,09	18,00	30,39	32,76	23,25
Combustíveis e lubrificantes minerais	21,39	15,22	14,49	13,28	16,29
Óleos, ceras de origem animal e vegetal	0,94	0,46	0,50	0,26	0,49
Produtos químicos e derivados	25,83	18,75	17,96	16,60	20,09
Artigos manufaturados por matéria-prima	16,86	20,71	14,12	13,83	16,66
Maquinaria e equipamento de transportes	1,76	11,27	6,22	7,38	5,86
Artigos manufaturados diversos	2,06	2,18	1,31	0,67	1,39
Outras classificações	1,90	2,20	3,51	3,47	2,84
Sem classificação	1,07	1,54	1,24	1,12	1,27
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria com dados de MDIC (2016).

Pela Tabela 1, conclui-se que os bens exportados são, em sua maioria, semimanufaturados, ou seja, são produtos que, muitas vezes, não passaram por um processo de agregação de valor, o que favoreceria maiores ganhos. Exemplos de produtos exportados que se encaixam nas classificações supracitadas são: couros e peles em estado bruto; petróleo e derivados; papel e celulose; ferro e aço, produtos agropecuários, produtos químicos, etc.

Por outro lado, as exportações estaduais são deficientes em produtos elaborados, de maior valor agregado.

Acompanhando a participação relativa dos grupamentos no tempo, houve ganho relativo matérias-primas não comestíveis, maquinaria e equipamento de transportes e outras classificações. As maiores reduções ficam por conta de combustíveis e lubrificantes minerais, produtos químicos e derivados e, modestamente, artigos manufaturados por matéria-prima. No acumulado do período, matérias-primas não comestíveis foi o grupamento com melhor desempenho relativo na pauta.

A Tabela 2 contempla os percentuais das importações baianas para cada grupamento. O maior destaque remete à maquinaria e equipamento de transportes, que foi responsável por um terço de tudo que a Bahia importou no período 2012-2015. Em todo o período considerado, a participação dos setores industriais produtores desses bens no total de importações do estado manteve-se sempre acima dos 30%.

As indústrias produtoras de combustíveis e lubrificantes minerais, matérias-primas não comestíveis e produtos químicos e derivados são destaques da pauta de importação baiana.

A economia brasileira entre crises e reformas

Tabela 2 – Representação percentual das importações baianas segundo classificação SITC rev. 2, 2003-2015

Classificação SITC rev. 2	Anos				
	2003-05	2006-08	2009-11	2012-15	2003-15
Produtos alimentícios e animais vivos	5,64	5,32	5,60	4,33	5,17
Bebidas e fumo	0,01	0,04	0,08	0,07	0,04
Matérias-primas não comestíveis	14,60	20,94	18,17	14,13	16,68
Combustíveis e lubrificantes minerais	27,49	22,74	21,80	26,81	24,99
Óleos, ceras de origem animal e vegetal	0,54	0,79	1,74	1,22	1,00
Produtos químicos e derivados	15,77	12,05	11,20	11,35	12,50
Artigos manufaturados por matéria-prima	3,99	3,36	4,64	7,53	4,87
Maquinaria e equipamento de transportes	30,51	33,27	35,19	32,63	33,15
Artigos manufaturados diversos	1,29	1,51	1,59	1,94	1,60
Outras classificações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem classificação	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria com dados de MDIC (2016).

Os produtos reunidos nas classificações combustíveis e lubrificantes minerais, produtos químicos e derivados e matérias-primas não comestíveis parecem sugerir uma interdependência entre as exportações e importações desses setores. Tomando-se como exemplo os combustíveis e lubrificantes, indústria petroquímica baiana importa petróleo cru, a despeito do que já é extraído no estado, realiza o refinamento por meio da refinaria Landulpho Alves e exporta como combustível beneficiado para uso veicular.

Em relação a ganhos e perdas relativos de participação, houve pouca alteração nos grupamentos das importações ao longo do período. O pequeno crescimento verificado está em artigos manufaturados por matéria-prima, maquinaria e equipamento de transportes, artigos manufaturados diversos e óleos, ceras de origem animal e vegetal. Averiguou-se que produtos alimentícios e animais vivos e produtos químicos e derivados, principalmente, perderam posição relativa na pauta.

4.2 Índices de competitividade e desempenho das exportações baianas

Passando-se aos indicadores de vantagem comparativa, o IVCRV para cada unidade temporal encontra-se na Tabela 3.

A economia brasileira entre crises e reformas

Tabela 3 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath para as exportações baianas, 2003-2015

Classificação SITC rev. 2	Anos			
	2003-05	2006-08	2009-11	2012-15
Produtos alimentícios e animais vivos	0,7857	0,4277	0,3682	0,3741
Bebidas e fumo	0,3085	0,2262	0,1866	0,2522
Matérias-primas não comestíveis	0,7270	1,0877	1,3558	1,3684
Combustíveis e lubrificantes minerais	5,6634	2,0280	1,6075	1,6798
Óleos, ceras de origem animal e vegetal	0,5920	0,3593	0,5324	0,3130
Produtos químicos e derivados	1,9721	1,1736	1,1316	1,5542
Artigos manufaturados por matéria-prima	0,8482	1,2749	1,1999	1,2209
Maquinaria e equipamento de transportes	0,0521	0,4157	0,3292	0,4008
Artigos manufaturados diversos	0,4492	0,6923	0,5718	0,3527

Fonte: Elaboração própria com dados de MDIC (2016).

Os setores produtivos mais competitivos no recorte temporal 2003-15 são aqueles reunidos em combustíveis e lubrificantes minerais e produtos químicos e derivados. São produtos intensivos em recursos naturais e energia, cujas indústrias apresentam estoque alto de capital para transformação de matéria bruta. Esse resultado pode ser facilmente embasado pela existência de uma refinaria e um polo petroquímico no Estado. Ser competitivo significa inserir-se cada vez mais no mercado externo, produzir com eficiência e investir na qualidade, durabilidade e sustentabilidade do produto. Além disso, ambos os setores possuem trajetória expressiva na Bahia, pois a refinaria foi instalada em meados da década de 1950.

Os setores constituintes de matérias-primas não comestíveis e artigos manufaturados por matéria-prima são competitivos a partir do triênio 2006-08, refletindo o aumento da produção em seus setores, com produtos à base de madeira, papel e celulose, borracha e suas obras. A competitividade desses grupamentos indica que as exportações baianas, em se tratando de vantagem comparativa entre todos os produtos exportados, possuem maior inserção em produtos industrializados.

Por outro lado, os grupamentos produtos alimentícios e animais vivos, bebidas e fumo, óleos, ceras de origem animal e vegetal, maquinaria e equipamento de transportes e artigos manufaturados diversos não são competitivos pelo índice de Vollrath. Essa constatação acontece por alguns motivos, como: a competição com outras regiões do Brasil, especialmente com as regiões Sudeste e Sul, regiões com maior densidade produtiva e vantagens comerciais expressivas (WANDERLEY et al., 2003); a falta de produção interna de tecnologia, principalmente para maquinaria e equipamentos de transportes (PINHEIRO; DIAS, 2007); baixa inserção em *design e marketing* junto a consumidores finais (SILVA et al., 2015); entre outros.

A economia brasileira entre crises e reformas

Tabela 4 – Taxa de cobertura para as exportações baianas, 2003-2015

Classificação SITC rev. 2	Anos			
	2003-05	2006-08	2009-11	2012-15
Produtos alimentícios e animais vivos	3,73	2,49	2,51	2,64
Bebidas e fumo	92,88	12,37	5,17	5,54
Matérias-primas não comestíveis	1,12	1,22	2,36	2,58
Combustíveis e lubrificantes minerais	1,05	0,95	0,94	0,55
Óleos, ceras de origem animal e vegetal	2,35	0,83	0,41	0,24
Produtos químicos e derivados	2,21	2,21	2,26	1,63
Artigos manufaturados por matéria-prima	5,70	8,74	4,29	2,04
Maquinaria e equipamento de transportes	0,08	0,48	0,25	0,25
Artigos manufaturados diversos	2,15	2,05	1,16	0,39

Fonte: Elaboração própria com dados de MDIC (2016).

A taxa de cobertura para a pauta comercial baiana é satisfatória para a maioria dos grupamentos, exceto combustíveis e lubrificantes minerais, óleos, ceras de origem animal e vegetal e, para os triênios e quadriênio após 2003-05, e maquinaria e equipamento de transportes, cujas exportações não superam as importações em nenhum dos períodos.

O grupamento produtos químicos e derivados, competitivo no IVCRV, apresenta bom resultado na TC, superior a um em todos os subperíodos. Assim, a exportação dos setores que compõem esse grupamento supera as importações, permitindo concluir que o comércio exterior baiano é muito beneficiado pela produção das firmas do polo petroquímico instalado no estado.

A importância do setor petroquímico na Bahia pode ser verificada desde fins da segunda metade da década de 1970. O setor, conforme destacam Teixeira e Guerra (2000), contribuiu enormemente para o crescimento do produto, renda e receita estaduais. Apesar da estagnação ocorrida na década de 1990, o setor, representado sobremaneira pelo Polo de Camaçari, caminhou para a diversificação industrial, com a implantação de indústrias como a automobilística, metalúrgica, de fármacos, de fertilizantes, e a de celulose solúvel (COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI, 2017).

No tocante aos combustíveis e lubrificantes minerais, há um elo importante entre a importação e exportação de combustíveis brutos e refinados, com petróleo refinado e lubrificantes de melhor qualidade sendo importados do exterior. A taxa de cobertura está numa trajetória descendente ao longo do período, indicando maior dependência externa para os grupamentos setores de combustíveis e lubrificantes. Isso pode ser explicado pelo quantitativo da dependência externa baiana e brasileira de produtos derivados do petróleo, como diesel e nafta, os quais as refinarias instaladas no país não conseguem suprir (BENDER FILHO, 2015). Segundo João Castro Neves, analista de uma empresa de consultoria instalada

A economia brasileira entre crises e reformas

na América Latina, o Brasil devotou investimentos na descoberta de petróleo cru e negligenciou o aumento da capacidade de refino (ESTADÃO, 2014).

Apesar do avanço da TC para os segmentos industriais reunidos em maquinaria e equipamento de transportes verificado no triênio 2006-08, observou-se sua estabilização para os dois períodos seguintes. Entretanto, o resultado não surpreende, pois o Estado da Bahia não possui um parque industrial que tenha uma parcela relevante de segmentos envolvidos no desenvolvimento e produção de bens de capital ou equipamento de transporte mais sofisticados e de maior valor agregado.

A interação entre o IVCRV e a TC fornece um instrumento interessante para avaliação da importância dos setores SITC 2.0 para a pauta exportadora baiana. O Quadro 2 traz os pontos fortes, fracos e neutros dos grupamentos setoriais no período.

Quadro 2 – Pontos fortes, fracos e neutros da pauta de exportação baiana, 2003-2015

Classificação SITC rev. 2	Anos			
	2003-05	2006-08	2009-11	2012-15
Produtos alimentícios e animais vivos	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
Bebidas e fumo	Neutro	Neutro	Neutro	Neutro
Matérias-primas não comestíveis	Neutro	Forte	Forte	Forte
Combustíveis e lubrificantes minerais	Forte	Neutro	Neutro	Neutro
Óleos, ceras de origem animal e vegetal	Neutro	Fraco	Fraco	Fraco
Produtos químicos e derivados	Forte	Forte	Forte	Forte
Artigos manufaturados por matéria-prima	Neutro	Forte	Forte	Forte
Maquinaria e equipamento de transportes	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco
Artigos manufaturados diversos	Neutro	Neutro	Neutro	Fraco

Fonte: Elaboração própria com dados de MDIC (2016).

O grupamento maquinaria e equipamento de transporte merece destaque pela sua pouca contribuição ao setor exportador: o segmento é fraco em todos os subperíodos, não sendo, portanto, competitivo frente a outros segmentos da pauta.

A maioria dos grupamentos da pauta é neutra, mesmo o segmento industrial de combustíveis e lubrificantes que, apesar de forte no triênio 2003-05, tornou-se fraco nos demais subperíodos. Os grupamentos “puramente” neutros são: produtos alimentícios e animais vivos; e bebidas e fumo.

Por outro lado, produtos químicos e derivados apresentou-se como ponto forte da pauta em todo o período de 2003 a 2015. Isso confirma o que já foi discutido anteriormente em relação à competitividade do grupamento e sua taxa de cobertura: este é composto por setores-chave para a indústria baiana como um todo, inclusive para fomentar a instalação de fábricas que utilizem insumos como plásticos, borracha sintética, hidrocarbonetos e solventes.

A economia brasileira entre crises e reformas

Matérias-primas não comestíveis se tornou grupamento forte a partir de 2006-08. Realmente, desde a primeira década do século 21, a Bahia vem recebendo investimentos nas áreas de celulose e outros subprodutos da madeira, plantio e manejo de eucalipto e pinus, plantio de algodão, produção de fertilizantes, plantio e processamento de soja, dendê e sisal. Esses empreendimentos impactaram positivamente na última década e início da atual, protagonizando a exportação de matérias-primas não comestíveis.

Outro grupamento forte na pauta é artigos manufaturados por matéria-prima. A Bahia possui em seu parque industrial indústrias como a calçadista, de tecidos e papel, sendo que o estado, segundo a Secretaria de Desenvolvimento – SDE (2017a), é o quarto maior produtor nacional de papel e celulose. Há ainda a produção e exportação de minerais não ferrosos, como o níquel e cobre, e outros, como a magnesita e rochas ornamentais (SDE, 2017b).

Um questionamento que se pode fazer, dado que a pauta baiana de exportações conta com poucos grupamentos fortes: as exportações são concentradas em poucos produtos? A Tabela 5 reúne as informações sobre o ICS, calculado para todos os produtos exportados entre 2003 e 2015.

Tabela 5 – Índice de concentração setorial das exportações baianas, 2003-2015

Anos	ICS
2003-05	0,4251
2006-08	0,3944
2009-11	0,4237
2012-15	0,4333

Fonte: Elaboração própria com dados de MDIC (2016).

O ICS permaneceu, em todos os subperíodos, variando entre 0,39 e 0,43. Isso indica que as exportações baianas não são concentradas em poucos grupamentos setoriais. Contudo, existe certo grau de concentração, pois o indicador afastou-se do valor nulo.

A concentração acontece devido a setores que contribuem de forma moderada a alta para o desempenho das exportações, conforme classificação do Quadro 2: matérias-primas não comestíveis; produtos químicos e derivados; e artigos manufaturados por matéria-prima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor externo da economia, isto é, a relação comercial e financeira doméstica com outros países e territórios, sempre esteve na pauta de interesse dos economistas e agentes públicos.

A economia brasileira entre crises e reformas

Com a intensificação das trocas a partir da segunda metade do século 20, praticamente se tornou impossível fomentar o crescimento do mercado, do produto e da renda em uma economia fechada ao fluxo de capitais e comércio de bens e serviços.

É neste contexto que surge o interesse na composição da pauta baiana de comércio de bens. Com o maior PIB dentre os estados do Nordeste e parque industrial relativamente diversificado, produzindo desde produtos agrícolas a automotivos, torna-se patente a necessidade de se investigar a especialização de sua pauta comercial.

No estudo realizado neste artigo, constatou-se que os setores produtivos dos grupamentos matérias-primas não comestíveis, produtos químicos e derivados, e artigos manufaturados por matéria-prima são pontos fortes no período 2003-15. Esses grupamentos reúnem indústrias e produtores intensivos em trabalho e energia, com processamento de insumos para fabricação de bens de baixo valor agregado, cuja comercialização não possui integração com a maioria do comércio internacional, baseado em produtos industrializados de média a alta complexidade tecnológica.

Setores produtivos que deveriam ser mais competitivos para que a Bahia capturasse maior fatia de mercado no exterior na verdade pertencem aos grupamentos considerados fracos, notadamente maquinaria e equipamento de transportes e artigos manufaturados por matéria-prima. As indústrias internacionais desses grupamentos são dotadas de investimentos com alto emprego de capital produtivo e tecnologia, sendo algumas consideradas de vanguarda, como de instrumentos químicos, farmacêuticos, óticos, aparelhos científicos e de precisão.

Não obstante isso ser um reflexo do parque industrial baiano, a baixa competição em grupamentos setoriais importantes não é insuperável. A solução seria fomentar uma política industrial que focasse o desenvolvimento competitivo dos setores fracos da balança comercial, por meio de incentivos territoriais de instalação de firmas interessadas e a desburocratização para a produção e comercialização internacional da produção. A divisão da Bahia em territórios de identidade poderia ser utilizada para direcionar esses investimentos, visando aproveitar insumos estrategicamente localizados, criar oportunidades tecnológicas, reduzir as disparidades regionais de renda e emprego e horizontalizar o fluxo econômico no estado, passando por uma integração produtiva amparada pela expansão dos transportes e logística de precisão, diminuindo, desse modo, os custos de transação.

A recomendação acima, entretanto, não significa, em hipótese alguma, a exclusão dos grupamentos setoriais fortes em competição de um eventual plano de expansão industrial e creditícia. Estes devem ser estimulados a aumentar o leque de produtos, procurando, via

A economia brasileira entre crises e reformas

design, incrementos tecnológicos para novas combinações de insumos, e acondicionamento da entrega, elevar o valor agregado do produto e sua busca e aceitação em mercados cada vez mais exigentes.

REFERÊNCIAS

BENDER FILHO, R. Conta petróleo e a balança comercial brasileira: uma análise do período recente. **Novos Estudos**, n. 101, 2015, p. 79-95. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n101/0101-3300-nec-101-0079.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2017.

BAUMAN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 442 p.

BENDER, S.; LI, K. W. The changing trade and revealed comparative of Asian and Latin American manufacture exports. **Center Discussion Paper**, n. 843, 2002, p. 1-26. Disponível em: <http://www.econ.yale.edu/growth_pdf/cdp843.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2014.

CARVALHO, D. B.; CALDAS, R. M.; LIMA, J. P. R. Potencialidade e efetividade das relações comerciais entre o Nordeste do Brasil e o Mercosul. In: Encontro Regional de Economia, 16, 2011. **Anais...** Fortaleza, CE: ANPEC, 2011.

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI. **O polo industrial de Camaçari**, 2017. Disponível em: <<http://www.coficpolo.com.br/>>. Acesso em: 18 maio 2017.

DE NEGRI, F. Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. A. (Org.) **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2005, p. 75-118.

DE PIÑERES, S. A. G.; FERRANTINO, M. Export diversification and structural dynamics in the growth process: the case of Chile. **Journal of Development Economics**, v. 52, n. 2, 1997, p. 375-391.

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. G. **The economics of technical change and international trade**. London: Harvester Wheatsheaf, 1990.

ESTADÃO. **Análise**: gargalo no refino torna Brasil dependente de combustíveis de EUA e Índia, 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,analise-gargalo-no-refino-torna-brasil-dependente-de-combustiveis-de-eua-e-india,1121946>>. Acesso em: 18 maio 2017.

FAROLE, T.; REIS, J. G.; WAGLE, S. Analyzing trade competitiveness: a diagnostics approach. **Policy Research Working Paper**, n. 5329, 2010, p. 1-20.

FASANO FILHO, U. A expansão das exportações e o crescimento econômico: o caso do Brasil, 1964-84. **Revista Brasileira de Economia**, v. 42, n. 1, 1988, p. 73-81.

A economia brasileira entre crises e reformas

GOLUB, S. S.; HSIEH, C. T. Classical ricardian theory of comparative advantage revisited. **Review of International Economics**, v. 8, n. 2, 2000, p. 221-234. Disponível em: <http://www2.econ.iastate.edu/classes/econ521/orazem/Papers/Golub_hsieh.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Technology and trade. **NBER Working Paper**, No. 4926, 1994, p. 1-84. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w4926.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, v. 10, n. 1, 2000, p. 87-98.

HAGUENAUER, L. Competitividade: conceitos e medidas: uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro. **Texto para discussão**, n. 211. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1989.

HERMIDA; C. C.; XAVIER, C. L. Competitividade das exportações brasileiras a partir de parâmetros tecnológicos: uma análise de painel para 2004-08. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 1, 2011, p. 103-118.

KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **NBER Working Paper**, No. 3275, 1990, p. 1-35. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w3275.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

LIMA, M. G.; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. Comércio internacional e competitividade do Brasil: um estudo comparativo utilizando a metodologia *Constant-Market-Share* para o período 2000-2011. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, 2015, p. 419-448.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Sistema de análise das informações de comércio exterior – Aliceweb**, 2016. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Complete HS and SITC conversion and correspondence tables along with detailed note on its conversion methodology**. New York: United Nations Statistics Division, 2016. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/trade/conversions/HS%20Correlation%20and%20Conversion%20tables.htm>>. Acesso em 09 nov. 2016.

PESSOTI, G. C.; SAMPAIO, M. G. V. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Conjuntura e Planejamento**, n. 162, 2009, p. 36-49. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_36.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

PINHEIRO, B. R.; DIAS, R. F. Inserção baiana no comércio internacional nos anos de 1989-1996-2006, segundo metodologia UNCTAD. **Conjuntura e Planejamento**, n. 156, 2007, p. 34-41.

A economia brasileira entre crises e reformas

ROCHA, F. E. **Estrutura e composição do comércio e grau de abertura da economia baiana: uma análise do período 2000-2010.** 2012. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, P. R. **Intensidade tecnológica, especialização comercial e competitividade: uma análise da indústria de transformação do Nordeste.** 2011. 126 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Economia – Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SAVIOTTI, P. P. Crescimento da variedade: implicações políticas para os países em desenvolvimento. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO; A. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2005, p. 291-320.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Invista na Bahia: papel e celulose,** 2017a. Disponível em:
<<http://www.sde.ba.gov.br/pagina.aspx?pagina=papelecelulose>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Invista na Bahia: mineração,** 2017b. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br/Pagina.aspx?pagina=mineracao>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SILVA, M. S.; REZENDE, A. A.; LEAL, P. Q.; MIYAJI, M. Padrão de especialização tecnológica e competitividade das exportações baianas. **Revista Desenhavia**, v. 12, n. 21, 2015, p. 131-162.

SILVA, R. A.; SILVA; M. L.; EBERT, C. D.; CORONEL, D. A. Padrão de especialização das exportações da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 34, 2016, p. 429-458.

WANDERLEY, L. A.; OLIVEIRA, M. J. L.; BALANCO, P. A. F.; PACHECO, F. K. Relevância do Mercosul para as exportações baianas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 4, 2003, p. 321-340.